



LHM

TRANSCENDENDO AS FRONTEIRAS DO PATRIARCADO: QUESTÕES DE GÊNERO EM *UM MAPA TODO SEU*, DE ANA MARIA MACHADO

Marília Valadares Araújo*¹

*Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

e-mail: mariliavaladares@uespi.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo examinar o entrelaçamento entre ficção e realidade, refletindo sobre como memórias coletivas e individuais contribuem para a construção estrutural da obra literária, através de uma leitura do romance *Um mapa todo seu*, de Ana Maria Machado. Em um segundo momento, o estudo se debruça sobre as características do romance histórico, analisando seu surgimento, permanência e especificidades enquanto tipologia textual. Por fim, o artigo investiga as questões de gênero presentes na narrativa, buscando compreender como o sistema patriarcal é representado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, sustentada no aporte teórico de Adichie (2015), Bourdieu (2012), Cândido (1985), Hutcheon (1991), Jamenson (2007), Pesavento (2006) e Scott (2003). Os resultados da pesquisa demonstram como o imaginário atua na construção do romance histórico e evidenciam, nos personagens, manifestações de uma cultura patriarcal. Destaca-se, nesse contexto, a figura de Eufrásia Teixeira Leite como uma representação do movimento de subversão desse patriarcalismo cerceador, que se manifesta por meio de personagens masculinas que simbolizam as imposições das dicotomias de gênero imperantes à época em que se desenvolve a narrativa.

Palavras-chave: Patriarcado. Questões de Gênero. Romance histórico. Ana Maria Machado. *Um mapa todo seu*.

Transcending the Borders of Patriarchy: Gender Issues in *A Map of One's Own*, by Ana Maria Machado.

Abstract: This article examines the intertwining of fiction and reality, reflecting on how collective and individual memories contribute to the structural construction of literary works through a reading of Ana Maria Machado's novel *A Map of One's Own*. The study then focuses on the characteristics of the historical novel, analyzing its emergence, persistence, and specificities as a textual typology. Finally, the article investigates gender issues present in the narrative, seeking to understand how the patriarchal system is represented. This is a bibliographical study with a qualitative approach and exploratory character, supported by the theoretical contributions of

¹ Mestranda em Letras. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7452265238042248>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2692-1119>.



Adichie (2015), Bourdieu (2012), Candido (1985), Hutcheon (1991), Jamenson (2007), Pesavento (2006), and Scott (2003). The results demonstrate how the imaginary plays a role in the construction of the historical novel and highlight, in the characters, manifestations of a patriarchal culture. In this context, the figure of Eufrásia Teixeira Leite stands out as a representation of the movement to subvert this restrictive patriarchy, which manifests itself through male personas that symbolize the impositions of the prevailing gender dichotomies at the time in which the narrative unfolds.

Keywords: Patriarchy. Gender Issues. Historical novel. Ana Maria Machado. A map for all yours.

Introdução

A memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida. Uma memória não se acumula sobre a outra, mas ao lado (Marcelo Rubens Paiva, 2015).

Muito se tem discutido sobre o lançamento do longa-metragem *Ainda estou aqui*, que retrata a história de Eunice Paiva, uma mulher que se torna ativista após a prisão de seu marido pela ditadura militar, adaptado pelo roteirista Walter Moreira Salles Junior a partir de referências históricas esboçadas em dois livros do escritor Marcelo Rubens Paiva – *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015). O lançamento da obra cinematográfica em 2024 pode servir de substrato para fomentar uma discussão sempre presente quando o receptor se depara com uma reprodução ficcional de fatos históricos: até que ponto há realidade imbricada no constructo ficcional ali delineado?

Partindo do pressuposto de que uma obra literária pode ter uma função histórica em decorrência de sua estrutura formulada com base em uma realidade, é possível articular as implicações sociais como fatores externos sobre os quais um romance histórico repousa. Assim, Ana Maria Machado apresenta em *Um mapa todo seu*, livro publicado em 2015, um produto literário criado a partir de acervos de uma memória coletiva e de uma memória individual, visto que suas fontes contam com biografias e autobiografias.

Há um debate premente nos trabalhos de crítica literária sobre o viés histórico abordado em romances como o de Ana Maria Machado, como sublinha a pesquisadora Gobbi (2004) quando ressalta que “toda criação artística é produto de um tempo e de um lugar específico e corresponde a uma determinada atuação do homem em interação com o seu universo” (Gobbi, 2004, p. 37). A análise mencionada procura problematizar a utilização de fatos históricos, pensando em como uma realidade tomada como referente é incorporada e pode interferir no imaginário que constitui o texto literário.



A pesquisadora conclui que o romance pode incorporar a História sem, contudo, perder sua especificidade estética, a partir de uma integração dialética na qual o ficcional simboliza a realidade. Entretanto, um questionamento permanece em relação à obra *Um mapa todo seu*: até que ponto a História interfere no produto ficcional? E, mais especificamente, como a autora incorpora os dados históricos inerentes ao patriarcalismo dominante na feitura de seu romance? Na tentativa de elucidar respostas possíveis, esboço três ponderações.

No primeiro momento, traço um panorama sobre o entrelaçamento entre ficção e realidade. Nesta parte, busco investigar como memórias coletivas e individuais atuam na construção estrutural da obra literária. As contribuições teóricas de Antonio Cândido (1985) e Sandra Pesavento (2006) possibilitam uma reflexão sobre como fatores sociais e culturais podem interferir na estrutura interna da obra.

No segundo momento, proponho uma reflexão sobre as características gerais de um romance histórico investigando seu surgimento, permanência e peculiaridades da tipologia textual, através, principalmente, do aporte teórico de Linda Hutcheon (1991) e Fredric Jameson (2007), bem como valorosa colaboração da pesquisadora Cleia Sumiya (2016), que elabora um estudo sobre o romance histórico brasileiro na contemporaneidade, traçando um caminho de Lukács a Jameson.

Na última seção, investigo as questões de gênero que permeiam a obra através de contribuições de Chimamanda Ngozi Adichie (2015), Joan Scott (2003) e Pierre Bourdieu (2012) para compreender as construções históricas relativas ao sistema patriarcal e como as personagens são afetadas por esse sistema de dominação.

Na obra em análise, a representação das figuras históricas de Joaquim Nabuco e Eufrásia Teixeira Leite é construída com base em escritos da filha de Joaquim, Carolina, assim como nos estudos de Luís Viana Filho e da historiadora Angela Alonso, além dos diários, cartas e escritos de Joaquim Nabuco. A obra reconta um período histórico brasileiro repleto de mudanças e simboliza os efeitos dessas transformações nas vidas dos personagens.

Nas artes e na política, os anos nos quais se passa a narrativa são permeados por uma série de mudanças. Enquanto o mundo literário é cercado por inovações, com surgimento de movimentos importantes, como o Romantismo, o Naturalismo e Impressionismo, na política surgem conflitos como a Revolução de 1848 e a Proclamação da República em 1889.



Além disso, o mundo está crivado por grandes nomes entre pensadores, filósofos e inventores, como Graham Bell (1847-1922), Darwin (1809-1882), Marx (1818-1883), Spencer (1820-1903) e muitos outros.

A vida em Paris, para onde Eufrásia parte após a morte do pai, inspira liberdade. Surgem também importantes nomes na crítica feminina mundial, como Mary Ann Evans (sob pseudônimo George Eliot: 1819-1880) e Virgínia Woolf (1882-1941). Assim, imersa nesse mundo de transformações, Eufrásia não sucumbe às pressões familiares e nem mesmo ao patriarcalismo tão pungente à época.

Literatura e história: um panorama sobre o entrelaçamento entre ficção e realidade

Nesta seção, discuto sobre a relação entre o produto literário ficcional e suas implicações históricas, buscando investigar como as memórias, coletiva e individual, atuam na construção estrutural da obra literária. Serão utilizados, aqui, questionamentos basilares de Antônio Cândido (1985) e Sandra Pesavento (2006) para sustentar as argumentações sobre o imaginário atuando como força representativa de uma realidade histórica.

Segundo Antônio Cândido (1985), os fatores externos à obra, sociais e culturais, não devem estar dissociados dos fatores internos da estrutura que constituem o produto literário. Para o autor “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (Cândido, 1985, p. 4). Diante disso, é possível pensar em como a narrativa em análise é fomentada por fatos históricos e se utiliza deles para dar forma à criação ficcional.

A essência da discussão proposta por Cândido (1985) consiste em definir em que medida o fator social pode interferir na estrutura da obra, isto é, se o traço social identificado em determinada obra funciona apenas para ilustrar ou para explicar o engendramento do texto. Tal reflexão reforça a poética clássica, que já tratava o homem como objeto da arte e instituía uma funcionalidade na sua construção. Seja com uma função pedagógica, seja para deleite dos leitores, o texto literário reflete um contexto histórico revelado na obra.

Diante disso, Antônio Cândido descreve como esse tema tem sido fomentado na crítica literária. Segundo o autor:



Antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão (Cândido, 1985, p. 4).

A discussão de Cândido (1985) converge para a fusão entre os elementos internos e externos à obra: um não pode estar dissociado do outro quando se trata de um texto literário. A estrutura interna do texto é determinada pelos fatores históricos, sociais e culturais presentes na obra. Dessa forma, é possível perceber a maneira como esses elementos são tratados na construção do fictício. Assim o autor complementa: “Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (Cândido, 1985, p. 4).

No entanto, a crítica literária é conduzida, por vezes, a um tendenciosismo em relação a uma análise focada nos elementos externos como definidores de uma essência valorativa do texto literário ou se debruça somente sobre um estudo das formas, sem levar em conta os fatores externos para empreender uma compreensão da obra em sua totalidade. Daí deriva a importância da argumentação de Cândido (1985).

As experiências reais transportadas para o texto fictício assumem uma importância na análise de uma obra quando o leitor se depara com uma fonte histórica peculiar fornecida pelo texto ficcional. É inegável que a literatura, através do imaginário, desperta no leitor sensações que ele não poderia ter através de uma leitura de textos históricos primários. O autor, ao mesmo tempo em que fornece informações de uma época pretérita, oportuniza o deleite, a chance de vivenciar romances, guerras e fatos diversos de sua realidade atual para que possa refletir e comparar as evoluções ou involuções. Como menciona Pesavento (2006, p. 12):

O imaginário encontra a sua base de entendimento na ideia de representação. Neste ponto, as diferentes posturas convergem: o imaginário é sempre um sistema de representação sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente.

Em outras palavras, a realidade está representada no produto ficcional, mas existem os elementos que são fruto de construções do próprio autor. Esses componentes são



utilizados para transportar o leitor a um contexto histórico ali representado e despertam o imaginário. Com isso, àquele que lê, será possível experimentar uma vivência diversa, ao tempo em que toma conhecimento da História.

Sandra Pesavento (2006, p. 12) enfatiza o movimento presente no imaginário que é despertado através do texto literário, já que o imaginário é:

Atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores. O imaginário representa também o abstrato, o não-visto e não experimentado. É elemento organizador do mundo que dá coerência, legitimidade e identidade.

Ou seja, o imaginário despertado através da literatura produz um efeito provocativo, no sentido de que a história simbolizada e pormenorizada em seus ambientes, falas e pensamentos dos personagens, que representam figuras históricas, ou mesmo conflitos e acontecimentos políticos, possibilita uma nova organização social embasada em reflexões que partem de uma leitura literária. Assim, a História pode ganhar novos rumos na medida em que as leituras inspiram ações pautadas no que a ficção é capaz de provocar.

Dessa forma, é possível pensar no que uma relação entre literatura e História implica, tendo em vista as discussões existentes sobre o discurso histórico e em que medida o imaginário é também utilizado pelos historiadores, já que suas narrativas estão, quase sempre, repletas de representações simbólicas que não condizem com a realidade, pois

Historiadores também mediatizam mundos, conectando escrita e leitura. Deles também se espera performance exemplar, genial, talvez. E ele também não tem, admitamos, certezas absolutas de chegar lá, na tal temporalidade já escondida, irremediavelmente perdida e não recuperável, do ocorrido (Pesavento, 2006, p. 16).

O passado, tal como aconteceu, é inacessível também aos historiadores. Por isso, eles utilizam fontes diversas numa tentativa de explicar a realidade. A memória coletiva, contada através de documentos e livros, ajuda a esclarecer o passado, assim como as articulações de uma memória individual descrita em cartas, diários e obras autobiográficas.

Assim, a verossimilhança tão aludida na literatura estaria também presente na construção do discurso histórico, no entanto, na literatura não existe uma preocupação tão funda em estar próximo da realidade. As memórias são utilizadas como fontes para as



criações artísticas e literárias e os escritores injetam o fictício para dar vida à História recontada.

Portanto, o que vemos em Cândido (1985) e em Pesavento (2006) é uma reflexão sobre essa fronteira tênue entre as implicações históricas no constructo ficcional. A memória de uma coletividade presente nos documentos biográficos, cartas, artes rupestres e em tantos outros artefatos que comunicam o registro de um tempo e um espaço é fonte imprescindível para historiadores e escritores ficcionais.

O ponto-chave da discussão aqui levantada é: de que forma o produto literário, que toma a História como ponto de partida para delinejar uma narrativa ficcional, tem sua estrutura sustentada por fontes Históricas, ou seja, como o escritor se utiliza dos fatores externos à obra para determinar sua estrutura interna? Veremos, em seguida, em que medida essa relação atua em um romance histórico para delinejar o significado dessa relação na construção romanesca e pensar em como o patriarcado, enquanto cultura dominante fomentada historicamente, interfere na estrutura interna do romance *Um mapa todo seu*.

O romance histórico: reflexões teóricas

Nesta seção, discorro sobre o percurso do romance histórico, buscando uma reflexão sobre a representação do passado através do ato ficcional. A proposta, com isso, é estruturar um pensamento em torno das construções que reverberam no texto literário e criam dispositivos para um entendimento sobre a estrutura interna da obra criada a partir da História.

Em decorrência da sua característica de hibridismo, tendo em vista a junção clara entre os termos já inferida pela própria denominação, um produto literário romanesco que se alia ao histórico suscita uma série de questionamentos sobre a estruturação pretendida na construção dessa tipologia textual. Muitos teóricos – como Lukács, Jameson, Hutcheon – têm debatido sobre a origem e a permanência do romance histórico ao largo de seu surgimento.

Para o filósofo húngaro Georg Lukács (2011), o romance histórico havia nascido a partir das narrativas de Walter Scott e morrido no século XIX com o aparecimento do romance realista burguês, pois este implicaria a descontinuidade de tal gênero. Essa



afirmativa será bastante questionada por pensadores posteriores, já que que diversas narrativas que focalizam o passado histórico foram escritas depois do Realismo.

A pesquisadora Cleia da Rocha Sumiya (2016, p. 152), em estudo sobre o romance histórico brasileiro na contemporaneidade, destaca que:

Para Gyorgy Lukács, o romance histórico só seria possível por meio de uma consciência da história coletiva perpassando a história individual, por isso para ele a forma entra em declínio com o Realismo e o Naturalismo, movimentos literários em que se focaliza, respectivamente, o individualismo do mundo burguês, e a tentativa de retratar fielmente a realidade, mesmo que para isso se suprimisse as forças motrizes essenciais da história.

O pensamento do filósofo converge para um entendimento de que as produções literárias advindas dessas escolas abalam a narratividade e alocam a trama sempre no tempo presente, olvidando o passado. Já a teórica canadense Linda Hutcheon (1991), ao refletir sobre a temática, coloca em sua obra *Poética do pós-modernismo* a definição de metaficação historiográfica para dar conta do tipo de narrativa que se apropria do passado, pois, como pontua,

As recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. Mas esses também são os ensinamentos implícitos da metaficação historiográfica (Hutcheon, 1991, p. 141).

Diante disso, vemos que, para Hutcheon (1991), tanto a literatura como a História se utilizam de artefatos ficcionais para construir suas narrativas, tendo em vista a impossibilidade de se chegar à verdade dos fatos. A ficção meta-historiográfica defende que para os historiadores há a possibilidade de acessar apenas vestígios dessa verdade e a partir deles construir o discurso histórico. Em uma análise comparativa, Sumiya (2016) destaca o pensamento de Frederic Jameson (2007) a respeito do romance histórico enquanto narrativa vigente em uma modernidade, relatando que, para esse crítico literário,

A forma romanesca do século XIX mudou tanto para se adequar aos pressupostos da chamada modernidade que fica difícil afirmar que o que vemos hoje é ainda um



tipo de romance histórico. Ao contrário de Hutcheon, para quem o presente está sempre dialogando com o passado, ainda que seja para desconstruí-lo, Jameson afirma que atualmente vivemos numa espécie de presente continuum no qual o olhar para o passado só se dá por necessidade de evasão (Sumiya, 2016, p. 152).

Para o teórico, o que antes era substrato para um olhar valorativo por parte dos escritores caiu em uma banalidade com o advento da modernidade a tal ponto que a referência histórica é deslocada em decorrência das mudanças que se engendraram na relação do homem com o passado, impossibilitando o romance histórico. Para Jameson (2007),

O romance histórico articula uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja pelos costumes, acontecimentos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual, denotado pela categoria narrativa que denominamos personagens. A arte do romance histórico consiste na habilidade com que essa interseção é configurada e expressida, em uma invenção singular que se produz de modo imprevisto em cada caso (Jameson, 2007, p. 185).

Para o filósofo, então, o advento da modernidade desfez essa dualidade que seria primordial para a existência do romance histórico. Dessarte, a despeito de todas as inferências sobre a possibilidade de um romance histórico na modernidade, é possível observar que, partindo de uma análise sobre o percurso histórico e o modo como o romance histórico tem sido produzido, esse gênero tem ganhado novas formas ao longo do tempo e tem despertado grande interesse dos teóricos e críticos ligados não só à literatura, mas à sociologia e à História em especial.

O entrelaçamento entre dois tipos de discursos, no qual um se estrutura em bases ficcionais e o outro está condicionado a uma incessante busca em expressar veracidade, vem sendo longamente discutido em vista da reflexão sobre o que torna um romance efetivamente histórico. Em quais características se apoia essa definição para que se configure esse gênero?

No Brasil, houve um movimento notório com o Quinhentismo, quando os literatos buscavam resgatar a História nacional com exaltação de personagens tipicamente brasileiros e da cultura local. Muito se fala, por exemplo, sobre a carta de Pero Vaz de Caminha, mas, partindo de uma leitura desse documento, é possível pensar em que medida o relato de um viajante contém a veracidade dos fatos, porque mesmo um relato de uma memória individual pode estar condicionado a um modo particular de ver e contar.



Analisando sob essa perspectiva, haveria aí uma descrição de fatos que seriam apenas vestígios de uma verdade, aludindo à Linda Hutcheon (1991). Portanto, os questionamentos permanecem, visto que a retomada do passado, às vezes sutil, nem sempre é determinante para a construção do enredo. Em *Um mapa todo seu*, é possível verificar muitos aspectos que direcionam o leitor para que se convença de estar realmente diante de um romance histórico, em decorrência de sua estética na construção dos capítulos, espaço e tempo da narrativa e demais características que serão analisadas na seção que segue.

Uma análise do romance histórico *Um mapa todo seu*: questões de gênero e implicações históricas na narrativa

Na presente seção, serão delineados os argumentos que sustentam a definição do romance *Um mapa todo seu* como uma narrativa histórica e serão analisadas as construções históricas e sociais que permeiam uma cultura patriarcal e como isso é articulado na obra. Serão utilizadas contribuições de Adichie (2015), Bourdieu (2012) e Socott (2019) para dar sustentação à ideia da existência de questões de gênero que permeiam e determinam a construção do enredo.

O romance aqui analisado é uma releitura da história de amor entre duas personalidades que marcaram a história brasileira no final do século XIX. Em Eufrásia Teixeira Leite, tem-se a representação de uma mulher que estava à frente de seu tempo por subverter determinismos culturais historicamente construídos, especialmente sobre a posição da mulher em relação ao casamento. Conforme pontua Joan Scott (2019, p. 68),

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Desse modo, as dicotomias de gênero terão sempre implicações nas relações sociais, sendo que elas atribuem significado às relações de poder, e é a partir dessa separação articulada socialmente que se formulam as organizações hierárquicas e institucionais. Quando surgem na História mulheres que desarticulam essa ideia de poder centrada nas



diferenças entre os sexos, se observa uma quebra importante nesse sistema dicotômico desfavorável à figura feminina.

Eufrásia representa claramente essa subversão, e em *Um mapa todo seu* é possível observar, desde o início da narrativa, como ele é crivado por questões que elucidam o poder do patriarcado na sociedade brasileira no decorrer da história:

Digamos que se chamasse Zizinha. Ou algo assim. Toda moça tinha um apelido familiar em diminutivo. Vinha da infância e ficava para sempre. Um nome carinhoso. Ajudava a evitar que a bebezinha ou menina pequena fosse chamada de Domitila, Deodorina, Erotildes ou Eufrásia, como mandava a pia batismal (Machado, 2015, p. 7).

Ao nascer, a mulher já traz consigo suas possibilidades de poder desarticuladas. O nome não poderia remeter sequer à ideia de força. A mulher é o ser frágil e deve estar consciente de sua fragilidade e incapacidade desde a infância. Assim, Eufrásia nasce nessa sociedade extremamente opressora em todos os sentidos. A escravidão ainda era o alicerço da economia no Brasil, e Zizinha nasce no seio de uma família aristocrática, recebendo uma educação privilegiada.

O tempo da narrativa é cronológico. Os capítulos são divididos com subtítulos marcados pelo lugar e ano em que os fatos serão contados. O capítulo primeiro, por exemplo, é definido como “Rio de Janeiro, 1873” para contar sobre o momento em que Quincas, Joaquim Nabuco, avista a futura noiva pela primeira vez. No capítulo seguinte, o narrador onisciente recua o tempo para “Pernambuco, 1857” a fim de descrever um episódio da infância de Joaquim, quando tinha oito anos e avistara o mar.

Embora o foco do enredo seja recontar uma história de amor, essa narrativa tem, claramente, seus rumos determinados pelo patriarcado, que manipula a relação entre os dois personagens e o modo como cada uma enxerga o casamento. Eufrásia e sua irmã, Francisca, são direcionadas para uma autonomia que não era comum às mulheres da época. As irmãs eram plenamente conscientes de sua capacidade e poder econômico, e não se submetiam às imposições masculinas, já que, historicamente,

(...) quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de uma maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos (Adichie, 2015, p. 21).



Nesse sentido, Eufrásia assume uma função de gênero incomum para uma mulher na época. A mãe falece em 1871 e o pai, no ano seguinte. As duas irmãs ficam sozinhas em uma imensa casa e precisam enfrentar os parentes, especialmente o tio, que quer impor seu poder de homem da família e direcionar a vida das sobrinhas por serem mulheres, órfãs e consequentemente frágeis e incapazes de gerirem a enorme herança deixada pelos pais:

Considerava que esse era um compromisso sagrado de sua parte. Portanto, podia ceder momentaneamente a um capricho das moças e deixá-las pernoitar em sua própria casa, como as duas agora insistiam em fazer, ainda que ele considerasse isso um despautério. Deviam estar ainda sob o efeito do choque da orfandade súbita. Mas ele logo voltaria, para buscá-las e lhes mostrar quem mandava naquela família (Machado, 2015, p. 17).

Nesse contexto, o controle das finanças logicamente deveria passar das mãos do pai falecido para o tio, que era o homem mais velho da família agora, e tudo deveria estar centrado em suas mãos. No entanto, as duas não cediam ao patriarcalismo, aos costumes da época que as colocavam em lugar de obediência e submissão. Elas decidem administrar tudo sozinhas, e isso causa estranhamento, não só nos homens como também nas mulheres da família. Não era papel da mulher cuidar da própria vida sem a supervisão de um homem, no entanto,

Graças à educação que o pai lhes garantira, as duas irmãs estavam mais preparadas para a vida do que qualquer outra moça que se conhecesse por ali naquela época. Principalmente a caçula, que acabava de analisar friamente a situação em que se encontravam e concluíra que tinha perfeitas condições de pensar por si mesma, decidir sua própria vida e não se submeter à parentela (Machado, 2015, p. 19).

A partir da morte dos pais, tudo se transforma, e a fagulha de independência plantada no coração das irmãs pelo pai ganha força e se apropria de suas jornadas. Quando decidem ir para a Europa, fogem da tentativa de dominação do tio e com a finalidade de viver a autonomia que lhes era possível em decorrência do que haviam herdado. No entanto, o caminho de Eufrásia é atropelado pela paixão fulminante que nasce em seu coração ao conhecer “Quincas, o Belo”: um homem galanteador, inteligente, cheio de ideias revolucionárias e que irá abalar o mundo de Eufrásia.



Segundo Bourdieu (2012), a dominação masculina é naturalizada dentro de uma estrutura social, pois o homem apreende essas construções androcêntricas e a mulher acaba absorvendo-as de forma inconsciente. O sociólogo francês observa que:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2012, p. 17).

O mundo é socialmente dividido com base nos sexos, e essa divisão é legitimada por meio de discursos e ideologias reproduzidos e incorporados por homens e mulheres, de modo que o masculino se impõe, de forma naturalizada, sobre o feminino. Ao homem são reservados determinados espaços, como as assembleias, as diretorias e os lugares em que pode ocupar posições de dominação. É possível observar, na obra, o engendramento dessas dicotomias, como no fragmento que revela o pensamento de Quincas a respeito da "ordem natural das coisas":

Era um homem de seu tempo, incapaz de permitir qualquer questionamento nessa área ou de admitir que caberia à esposa outro papel que não fosse o da sujeição à autoridade e ao arbítrio do marido. Não apenas em relação ao seu comportamento com outras mulheres, como ele sempre preferia ver quando as rusgas se manifestaram anteriormente, mas em qualquer área, incluindo a condução da vida econômica e todos os cuidados com os bens e o patrimônio do casal (Machado, 2015, p. 88).

No entanto, Zizinha não cedia aos apelos de uma sociedade arcaica, e em Paris ela respirava a liberdade que almejava ter. Embora Quincas fosse um homem revolucionário e tivesse um papel histórico importante na abolição da escravatura, ele vivia essa ordem social androcêntrica. Não renunciava à sua função social masculina. Ele tinha projetos políticos que sonhava implementar no Brasil, porém Eufrásia não queria retornar ao país de origem por vários motivos, como a opressão da família, que não consentia em ver uma mulher administrando sozinha a sua herança e sua vida; e o atraso do Brasil em relação à Europa sobre uma liberdade maior da mulher no casamento. Como pontua Adichie (2015, p. 31):

Já que pertenço ao sexo feminino, espera-se que almeje me casar. Espera-se que faça minhas escolhas levando em conta que o casamento é a coisa mais importante do mundo. O casamento pode ser bom, uma fonte de felicidade, amor e apoio mútuo.



Mas por que ensinamos as meninas a aspirar ao casamento, mas não fazemos o mesmo com os meninos?

O casamento não foi, para Eufrásia, um ideal de felicidade. O alicerce da trama são as divergências entre o casal, especialmente em relação à insubmissão de Zizinha aos padrões da época. O pai havia dado a ela uma educação que lhe incutia autonomia: ela sabia como administrar os negócios do pai e não conseguia se submeter aos caprichos do noivo, que iria claramente impor-se a ela quando se casassem. Eufrásia queria continuar em Paris, e Quincas, voltar para o Brasil; ela pensava que

Vivendo no exterior, talvez aos poucos os dois pudessem tentar chegar a um equilíbrio nessa área. Se fossem se fixar no Brasil, ela receava ser impossível resistir às pressões de familiares, amigos, toda a sociedade em volta, incapazes de conceber a recusa do único modelo de casal que admitiam e de respeitar a busca de outro padrão que não o seu (Machado, 2015, p. 88).

A aproximação entre Zizinha e Quincas, apesar das divergências que surgiram com o passar dos anos, deu-se em decorrência de suas visões no campo político. O pai de Eufrásia não era um barão do café, como a grande maioria; portanto, não comprava escravos, e Eufrásia era contra a escravidão - o que Quincas admirava.

Joaquim Nabuco teve um papel fundamental na evolução histórica do Brasil em relação à escravidão. Ele cresceu em um engenho, criado pela madrinha, e a proximidade com os escravos fez com que desenvolvesse um pensamento humanitário em relação a eles. O romance, entre outras coisas, conta a estória desse homem que contribuiu para o delineamento de novos rumos históricos no contexto social brasileiro:

Houve um episódio que fez Nabuco se aproximar de Londres. Descobriu que, em São João del Rei, o contrato da mina de Morro Velho com seus proprietários ingleses estipulava um prazo ao fim do qual seus quase quatrocentos escravos deveriam ser libertados. O prazo se esgotara havia vinte anos e nenhuma providência nesse sentido fora tomada. Os trabalhadores continuavam na mesma condição de cativos. Chocado com o fato e disposto a que não se admitisse tal desfaçatez na quebra de um contrato assinado, o jovem deputado não hesitou em denunciar o abuso. Levantou com paixão essa causa, cobrando do governo que exigisse dos ingleses o cumprimento do acordo e os punisse pela desobediência (Machado, 2015, p. 119).

Quincas era um homem sedutor, não só por sua beleza física, mas também pelo discurso que encantava e despertava paixões por onde andava. Por seu turno, Zizinha



também fascinava os homens e provocava excitação em todos os lugares. Além de bela, era uma mulher inteligente, que administrava com êxito os negócios da família:

O que mais impressionava a qualquer observador isento, porém, era constatar o florescimento contínuo da mulher de negócios bem-sucedida, já a ponto de em dez anos duplicar o patrimônio que ela e a irmã haviam recebido como legado conjunto, na soma das heranças dos pais e da avó (Machado, 2015, p. 140-141).

A subversão dos papéis de gênero se efetiva na mulher forte e visionária simbolizada na figura de Eufrásia, que manteve intacto o que herdou e ainda teve a capacidade de investir em novos segmentos que lhe permitiram multiplicar a herança. Com isso, é possível observar uma quebra na ordem social androcêntrica, pois

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais (Bourdieu, 2012, p. 18).

Há uma demarcação do espaço social, no qual a mulher é limitada a espaços vazios de poder. A ela cabe a cozinha, o quarto ou qualquer lugar onde possa estar invisibilizada. No entanto, Eufrásia transcende as barreiras que a condicionam a esse *locus* recluso. Ao determinar seus caminhos e decidir viver conforme seus desejos, ela provoca uma quebra desse sistema.

Zizinha não casa com Quincas ou qualquer outro dos inúmeros pretendentes que tinha. O casamento para ela, certamente, era a prisão que não desejava ter. Não chega a ter filhos e cuida da irmã mais velha Francisca até sua morte. Por outro lado, Quincas contrai matrimônio aos 38 anos com Evelina Torres, com quem tem quatro filhos.

Joaquim Nabuco era afeito às artes e à literatura. Tinha grande amizade com Machado de Assis e outros grandes literatos. Além das ações políticas que implementou contra a escravidão, deixou também muitos escritos que ajudaram a fomentar a obra em análise. O casal trocou inúmeras cartas que forneceram, também, subsídio para implementar a narrativa.

Consta que as correspondências de Eufrásia à Nabuco estão sob guarda da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife. A obra *Eufrásia e Nabuco*, de Neusa Fernandes, reproduz 14



dessas inúmeras cartas que Zizinha envia a seu amado durante os 14 anos em que os dois se relacionaram e alimentaram a esperança de que um dia suas divergências fossem vencidas em face ao grande amor que nutriam.

Além da obra em análise e da acima citada, existe o romance de Claudia Lage que versa sobre o mesmo assunto: *Mundos de Eufrásia*. Por se tratar de um romance tão polêmico e inovador para o período histórico retratado, o casal é foco de estudos e escritos que procuram compreender os aspectos sociais que permeiam o relacionamento conflituoso. Ressalta-se que os conflitos são, em sua maioria, resultantes das dicotomias de gênero presentes, já que

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretendamente natural entre o masculino e o feminino (Scott, 2003, p. 75).

Portanto, o título *Um mapa todo seu* já nos remete ao foco da narrativa. Com um pronome possessivo indicando um caminho traçado em favor de sua autonomia, temos em Eufrásia o símbolo claro da subversão feminina através de uma mulher que deseja construir seu próprio destino, sem as amarras do patriarcalismo imperante em seu tempo.

Considerações finais

Existem na narrativa diversas passagens que retratam momentos de grande movimentação na cultura e na política nacional e mundial. Eufrásia tinha uma visão revolucionária, era uma mulher visionária que conseguiu multiplicar a fortuna que herdou dos pais e da avó. Por esse motivo, as novas invenções e teorias que surgiam instantaneamente despertavam o interesse da empresária, que buscava investir em novidades.

Eufrásia recebeu uma educação esmerada e com empenho de seu pai em direcioná-la para uma autonomia pessoal. O patriarca da família foi uma figura essencial para que ela se tornasse uma mulher à frente de seu tempo. Joaquim José Teixeira Leite foi um grande empresário e fundou juntamente com o irmão Francisco José, o barão de Vassouras, a Casa Teixeira Leite e Sobrinhos, empresa que emprestava dinheiro a juros e realizava ações



financeiras com ricos fazendeiros de café. Por ser um investidor, o pai de Eufrásia deixa para ela e a irmã Francisca uma próspera herança, entre apólices, títulos e imóveis.

Por outro lado, Joaquim Nabuco tem um importante papel no processo de abolição da escravatura no Brasil, porém vinha de uma família ligada à política e que passava por dificuldades financeiras. A narrativa focaliza esses percalços que influenciam o comportamento de Eufrásia em relação ao noivo, pois ela não assentia à possibilidade de que, com o casamento, o marido tomasse o controle de suas posses. Dessa forma, o romance é um reflexo das dicotomias relacionadas aos papéis de gênero, tendo em Eufrásia o símbolo de uma mulher que subvertia essas construções sociais.

Ana Maria Machado é uma escritora muito conhecida por sua literatura infantil e recebeu diversos prêmios importantes, como o Hans Christian Andersen (Conjunto da obra infantil, 2000) e Machado de Assis (Conjunto da obra, Academia Brasileira de Letras, 2001). Dentre os livros publicados pela autora, o romance em estudo tem grande relevância por fomentar um questionamento essencial sobre gênero em decorrência de ilustrar um protagonismo feminino em pleno final de século XIX, no qual a mulher enfrentava sérios problemas com a cultura patriarcal vigente.

Ao analisar as características de um romance histórico, observamos através da leitura de *Um mapa todo seu* uma mescla de fatos históricos com elementos ficcionais já que a intimidade de um casal real é recontada através de imagens ficcionais da autora, sustentadas por pesquisas em arquivos históricos, diários e correspondências trocadas entre os namorados que, de tão apaixonados, viajam juntos em um navio para a Europa e já desembarcam noivos. Um romance que se desdobra entre idas e vindas atabalhoadas por descaminhos e lacerações de um mundo concreto, onde as barreiras sociais eram indiscutivelmente presentes no relacionamento conflituoso.

Retomando o questionamento inicial sobre a forma como o produto literário toma a história como ponto de partida para a construção do ficcional, observamos que a autora do romance promove um relato histórico em que problemas políticos brasileiros, como a morosidade na abolição da escravatura, são dispostos em entrelaçamento com a abordagem de um romance vivenciado por um casal não convencional. A mulher emancipada e livre vive um amor fora dos padrões e esse fato suscita reflexões sobre o patriarcado e a opressão escravizadora da figura feminina na História.



Contestar o lugar da autoridade masculina, já tão enraizada na sociedade, fez de mulheres como Eufrásia símbolos de uma inversão de poderes, haja vista que o caráter natural, “original” atribuiu sempre ao homem um lugar privilegiado de dominação e força.

As práticas, discursos e instituições se voltaram sempre para uma desarticulação do feminino como sujeito apto à participação política ou a qualquer espécie de controle ou poder. Dessa maneira, a História cria múltiplas formas de estereótipos que encarceram a mulher em uma bolha de invisibilidade social. À mulher não é permitido ser sujeito de sua própria estória, nem mesmo decidir sobre seu futuro.

Permanecer solteira e sem filhos por toda a vida para não renunciar a sua autonomia fez de Eufrásia uma mulher revolucionária em todos os sentidos. O casamento, afinal, não era o único caminho para a felicidade. Ela se comprazia com suas viagens, em conhecer coisas novas e trabalhar para preservar a herança.

O romance retrata as práticas de exclusão do poder patriarcal. Refletindo, portanto, sobre o entrelaçamento entre ficção e realidade, constatamos que ao recontar uma história de amor entre as duas personalidades históricas, é possível verificar o negligenciamento do indivíduo feminino. Ao tempo em que a autora se utiliza do fictício ao elaborar falas, espaços e momentos que são evidentemente frutos do imaginário que é usado para dar vida aos fatos, o leitor se debruça sobre uma época em que as mulheres eram ainda mais castigadas pelo androcentrismo imperante.

Os vestígios da opressão vivenciada pelas mulheres no final do século XIX estão representados na narrativa através das falas das personagens: “- Não é um defeito dele. Homem é assim mesmo, minha querida” (Machado, 2015, p. 56). Em outras palavras, esperava-se da mulher um conformismo. Ao homem é permitido trair, enganar e isso faz parte de uma cultura na qual é dele que advém o poder de dominar. À mulher cabe silenciar e aceitar, no entanto Eufrásia foi na contramão de todo esse sistema.

Ao analisar, por fim, as questões de gênero imbricadas à narrativa, nota-se que as construções sociais tradicionais transformam as mulheres em seres subjugados pelas articulações culturais que promovem uma segregação dos papéis de gênero e atribuem às mulheres uma exclusão e consequente protagonismo masculino. A partir da leitura de um romance histórico, como o aqui analisado, é possível refletir: “Onde estavam as mulheres enquanto os homens faziam História?”. A resposta pode estar nas linhas de uma narrativa



histórica que representa, através do ato ficcional, a realidade daqueles que ousaram escrever a própria História.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

FERNANDES, Neusa. **Eufrásia e Nabuco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica. **Itinerários**, Araraquara, n. 22, 37-57, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2736/2473>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, Frédéric. O romance histórico ainda é possível? **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/xDSWf78FZTqyfnhBdgSvtpB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

LAGE, Claudia. **Mundos de Eufrásia**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MACHADO, Ana Maria. **Um mapa todo seu**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda Estou Aqui**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cleria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: Edufu, 2006. p. 11-28.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SUMIYA, Cleia da Rocha. O romance histórico no Brasil: um breve panorama da produção ficcional. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 150-164, jan.-jun. 2016. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/22049>. Acesso em: 07 dez. 2024.

